

Artigo 43 - Serão admitidas atividade de emergências não previstas no orçamento, desde que o custo não seja superior a 04 (quatro) salários mínimos, devendo tal atividade ser comunicada previamente.

Artigo 44 - Os valores devidos ao condomínio abrangem todas as despesas da área de sua atuação. Todas as despesas poderão ser cobradas num único boleto ou ficha, discriminando a destinação e especificando-se cada valor que compõe o boleto.

CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES

Artigo 45 - Pelo não cumprimento às disposições desta Convenção, do Regimento Interno, dos Regulamentos, ou da Lei nº 4.591, de 16/12/1964 e o Código Civil, ficarão os condôminos, seus dependentes, locatários, serviçais ou sucessores sujeitos às seguintes penalidades:

- a) por infração comprovada ao artigo 5º desta Convenção: multa de 5 (cinco) vezes o valor da taxa condominial, além da obrigação de repor as coisas em seu estado primitivo, no prazo de trinta dias, a contar da data da comunicação escrita do Síndico ou de quem suas vezes fizer;
- b) perda do direito de voto e de representação nas Assembleias, se não estiverem quites com o pagamento das contribuições condominiais ordinárias ou extras, ou de multas aplicadas pelo Síndico, por infração comprovada da Convenção ou da Lei do Condomínio;
- c) o pagamento das quotas condominiais ordinárias ou extras em data posterior à estabelecida será acrescido dos juros moratórios equivalentes ao IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, além da multa de 2% (dois por cento);
- d) no caso de cobrança judicial do débito relativo as quotas condominiais ordinárias ou extras, ou de multas aplicadas, o condômino em débito sujeitar-se-á às custas judiciais e honorários advocatícios;
- e) quando ocorrerem estragos ou danos à propriedade comum, por culpa ou negligência do condômino, seu inquilino, dependentes, serviçais ou sucessores, ou por força de defeitos nas instalações das respectivas unidades autônomas, o responsável responderá pelo custo dos reparos que serão mandados executar pelo Síndico; que, antes, por escrito, comunicará o responsável. Ao custo dos reparos, se não realizados pelo responsável, no prazo de trinta dias a contar da data do recebimento da comunicação do Síndico, serão, acrescidos 10% (dez por cento), que reverterão em favor do Condomínio, sem prejuízo das outras penalidades previstas em Lei ou nesta Convenção;
- f) o condômino que der causa a despesas suportará sozinho o excesso correspondente;
- g) o condômino ou possuidor que, por seu reiterado comportamento anti-social, gerar incompatibilidade de convivência com os demais